

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.575 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 9 DE OUTUBRO DE 2002

## Orçamento deve ser adaptado aos planos do futuro governo

O presidente da Comissão Mista de Orçamento, deputado José Carlos Aleluia, anunciou que tão logo seja conhecido o resultado do segundo turno das eleições vai propor reuniões com as bancadas que apóiam o presidente eleito e com seus assessores econômicos, a fim de discutir alterações no Orçamento da União para 2003. O objetivo é melhor adequar a proposta que está em tramitação no Congresso ao perfil do futuro governo.

PÁGINA 3

**Tuma sugere coalizão para apoiar o novo presidente**

PÁGINA 4

**Senadores destacam crescimento do PT**

PÁGINA 5

**Osmar prega mudança do sistema tributário**

PÁGINA 4

Gerardo Magela



Ramez Tebet é favorável à adoção do sistema de voto distrital misto e ao fim da verticalização

### Para Tebet, é preciso iniciar a reforma política já em 2003

O presidente do Senado, Ramez Tebet, defendeu ontem a realização, já a partir do próximo ano, de uma reforma política no país. Entre as regras que exigem mudança urgente, na opinião do senador, estão o sistema proporcional de eleições para a Câmara dos Deputados e a verticalização das coligações.

PÁGINA 6



Foto: Divulgação

Estande do Senado na Bial do Livro do Ceará tem registrado grande movimento

### Deficientes visuais do Ceará recebem publicações em braile

Livros em braile editados pelo Senado foram entregues à Sociedade de Assistência aos Cegos do Ceará. O ato ocorreu durante a 5ª Bial Internacional do Livro, que se realiza em Fortaleza. O Senado participa do evento com estande, no qual estão expostos cerca de cem títulos.

PÁGINA 8

# Quarentena para ex-dirigentes de órgãos públicos será votada hoje

Conforme projeto a ser apreciado pela CCJ, ex-diretores do Banco Central, BNDES e Receita Federal só poderão trabalhar na iniciativa privada um ano após a exoneração

O projeto de lei que institui a quarentena para ex-ocupantes de cargos na administração federal com acesso a informações privilegiadas deve ser votado hoje, em caráter terminativo, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a partir das 10h. Pela proposta do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), pelo período de um ano após a exoneração os ex-funcionários não poderão trabalhar na iniciativa privada.

A iniciativa visa atingir especialmente ex-diretores do Banco Central, instituição onde costumam ser recrutados técnicos para bancos privados. O mercado financeiro é realmente a principal preocupação de Dutra. O senador afirma que a quarentena é necessária para evitar que ex-dirigentes públicos usem – em seu benefício ou de empresas – informações a que tiveram acesso por força dos cargos que ocuparam.

A proposta tem ainda como alvo ex-dirigentes do BNDES, de agências reguladoras, da Secretaria da Receita Federal e do Departamento de Aviação Civil, entre outros órgãos.

“Estamos criando mecanismos



José Eduardo Dutra explica que sua proposta visa resguardar o interesse público

“Estamos criando mecanismos

“Estamos criando mecanismos

para resguardar o interesse público, em face dos poderosos interesses privados em jogo na acirrada disputa por mercados – argumenta Dutra, na justificativa do projeto. Se aprovada, a matéria seguirá para a Câmara, a não ser que haja recurso para apreciação no Plenário do Senado.

A pauta da CCJ, com 32 itens, prevê a votação de duas propostas que instituem o voto facultativo e de projeto que obriga a cobrança de meia-entrada para estudantes e maiores de 65 anos em espetáculos culturais e esportivos.

## Criação de TV das Forças Armadas vai ao Plenário

O Plenário do Senado deve examinar, ainda este ano, substitutivo a projeto do senador Luiz Otávio (PPB-PA) que prevê a concessão de canal de TV a cabo para as Forças Armadas. A matéria foi aprovada em decisão terminativa pela Comissão de Educação (CE), mas terá de passar pelo Plenário por exigência de recurso interposto por iniciativa do senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA).

A partir da próxima segunda-feira, começa a correr o prazo de cinco dias úteis para a apresentação de emendas à proposta. Durante votação na CE, os senadores Antonio Carlos Júnior e José Jorge (PFL-PE) manifestaram-se contrários à aprovação da matéria. A comissão terminou por acolher substitutivo oferecido pela senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), que ampliou o alcance do projeto.

A proposta do senador pelo Pará destinava o canal de TV a cabo para a divulgação de atividades do Comando do Exército. Por entender que a Marinha e a Aeronáutica “também se distinguiram pela prestação de relevantes serviços à nação”, Marluce Pinto resolveu formular o substitutivo e, assim, estender o acesso ao serviço às outras duas armas.

Tanto Luiz Otávio quanto Marluce Pinto estão de acordo, entretanto, sobre os benefícios a serem proporcionados à população pela concessão desse “poderoso instrumento de comunicação” às Forças Armadas. Além de apoiar o cumprimento das funções constitucionais de defesa da pátria e garantia da lei e da ordem, espera-se que esse canal atue como veículo de promoção dos valores morais e cívicos, especialmente para os jovens.

## Projeto amplia assistência judiciária a trabalhadores

A assistência judiciária a trabalhadores de baixa renda poderá ser prestada gratuitamente não só pelo sindicato da categoria profissional, mas também por advogados devidamente constituídos ou os designados pela defensoria pública, nos processos que tramitarem na Justiça do Trabalho. A proposta, de autoria da deputada Ângela Moraes Guadagnin (PT-SP), encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, aguardando relatório do senador Ademir Andrade (PSB-PA).

O projeto altera dispositivo da Lei nº 5.584/70, que restringe essa assistência jurídica nas ações trabalhistas ao sindicato da categoria profissional a que pertencer o trabalhador. Na sua justificativa, a deputada lembra que a Constituição assegura esse atendimento gratuito às pessoas que, comprovadamente, não tenham condições de arcar com os custos processuais.

Mas a precariedade da estrutura das defensorias públicas nos estados tem levado outros órgãos, como as seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e os escritórios de assistência vinculados às universidades, a prestarem esse serviço.

Outra modificação contida no projeto simplifica o processo para comprovação da insuficiência de renda pelo trabalhador. Bastará uma declaração firmada pelo interessado ou pelo seu procurador, atestando a condição de pobreza.

A legislação estabelece que essa assistência seja prestada aos trabalhadores que receberem salários iguais ou inferiores a dois mínimos. Acima desse teto, a comprovação de insuficiência de renda deverá ser fornecida por autoridade do Ministério do Trabalho e Emprego, após diligência realizada no prazo máximo de 48 horas ou, então, pelo delegado de polícia da circunscrição onde o empregado reside.



## AGENDA

QUARTA-FEIRA, 9 DE OUTUBRO DE 2002

Presidente  
Ramez Tebet

9h – Aula inaugural do curso de Direito Legislativo, com a presença do ministro do Planejamento, Guilherme Gomes Dias. *Auditório do Interlegis*  
14h30 – Preside a sessão deliberativa ordinária

### PLENÁRIO

14h30 – Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 16/02, que cria percentual do IR e IPI para aplicação em instituições federais de ensino superior localizadas na Amazônia Legal; terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 38/99, submete à aprovação do Senado os processos de demarcação de terras indígenas; PLC nº 17/02, dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão, no currículo oficial da rede de ensino, de História e Cultura Afro-Brasileira; PLC nº 24/02, denomina Avenida Engenheiro Emiliano Macieira o trecho da BR-135 compreendido entre o Km 0 e a Ponte da Estiva, localizada no município de São Luís (MA); e PDLs aprovando concessões de rádios comunitárias.

### COMISSÕES

10h – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Emendas nºs 106 a 239, de Plenário, oferecidas à PEC nº 29/00 (tramitando em conjunto com as PECs nºs 21/95; 5, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81 e 92, de 1999; 1, 5 e 20, de 2000; e 15, de 2001), que trata da reforma do Poder Judiciário; PLS nº 114/02, altera dispositivos dos Decretos-Leis nºs 9.760/46 e 2.398/87, para reduzir os valores de foro, laudêmio e taxas de ocupação de imóveis da União; PDL nº 135/99, susta o decreto do Poder Executivo que autoriza a criação de Furnas Centrais Elétricas, altera o objetivo social da Nuclen Engenharia e Serviços e autoriza a transferência da autorização para construção e operação da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto; entre outras proposições. *Ala Senador Nilo Coelho – Sala 6.*

### PREVISÃO PLENÁRIO

Quinta-feira

10h – Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 38/99, que submete à aprovação do Senado os processos de demarcação de terras indígenas; PLC nº 255/02, denomina Subestação Delfino Araújo Macedo a subestação de energia elétrica da Linha Norte-Sul da Eletronorte situada no município de Miracema do Tocantins (TO); PLC nº 46/02, denomina Rodovia Ministro Alfredo Nasser a rodovia BR-153 do estado do Pará até o estado do Rio Grande do Sul; e PDLs aprovando concessões de rádios comunitárias.

Sexta-feira

9h – Sessão não deliberativa

### COMISSÕES

Quinta-feira

14h – Conselho de Comunicação Social  
Pauta: análise da política do governo federal na implementação da TV digital no Brasil. *Ala Senador Nilo Coelho – Sala 6.*

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet  
1º Vice-Presidente: Edison Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira  
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573  
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações



Segundo Freitas Neto, com o Funcarnaúba o Piauí poderia dobrar exportações do produto

## Freitas Neto propõe criação do Funcarnaúba

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) deverá votar ainda este ano projeto de lei do senador Freitas Neto (PSDB-PI) que autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo de Apoio à Cultura da Carnaúba (Funcarnaúba), que tem como objetivo financiar e modernizar a cultura da carnaúba, de modo a elevar a qualidade de vida dos trabalhadores do setor, incentivar a produtividade, estimular o aproveitamento industrial e a exportação do produto e de seus derivados.

Da carnaubeira, planta típica das regiões mais secas do Nordeste brasileiro (copernífera cerífera), é extraída a cera de carnaúba, utilizada em muitas indústrias. Atualmente, esse produto gera US\$ 15 milhões anuais de receita exportadora para o estado do Piauí, onde a cultura responde pela ocupação de mais de 50 mil famílias, informa Freitas Neto.

Com a criação do Funcarnaúba, que seria formado, principalmente, por recursos da União, Freitas Neto quer dar amparo a uma série de atividades ligadas ao setor, criando condições para o desenvolvimento de novas tecnologias no cultivo, colheita e tratamento da carnaúba. O projeto já recebeu parecer favorável do relator na CAE, senador Waldeck Ornélas (PFL-BA).

A partir de uma política voltada para o setor, o Funcarnaúba, espera o autor da proposta, deverá fortalecer o agronegócio com esse produto, expandindo os diversos segmentos de sua cadeia produtiva. Deve ser capaz, também — assinala —, de bancar a realização de pesquisas, treinamento de mão-de-obra e melhoria da infraestrutura de apoio à produção e comercialização.

Com a criação do Funcarnaúba, Freitas Neto entende que será possível ao estado do Piauí, de forma rápida, dobrar as exportações do produto e seus derivados para US\$ 30 milhões.

# Orçamento de 2003 deve ser alterado para atender perfil do novo governo

Presidente da CMO, deputado José Carlos Aleluia, vai sugerir reuniões com assessores econômicos do presidente eleito a fim de discutir possíveis mudanças na proposta que está no Congresso

O presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA), disse que tão logo seja anunciado o resultado do segundo turno das eleições presidenciais tomará a iniciativa de propor reuniões com as bancadas que apoiaram o presidente eleito e seus assessores econômicos, a fim de discutir alterações no Orçamento da União de 2003 para melhor adequá-lo ao perfil do novo governo. Esse trabalho será feito na comissão, antes do encaminhamento da matéria ao Plenário.

Segundo José Carlos Aleluia, os entendimentos da Comissão de Orçamento com o futuro governo são necessários porque o presidente que vai executar o Orçamento de 2003 somente tomará posse em 1º janeiro, quando a proposta orçamentária já deverá ter sido discutida, alterada e aprovada pelo Congresso Nacional.

O presidente da CMO disse que o Congresso é a Casa do entendimento e fará tudo o que estiver ao seu alcance para facilitar ao máximo um acordo em torno da nova proposta orçamentária, com objetivo de deixá-la bem próxima a desejada pelo presidente eleito.

José Carlos Aleluia já iniciou, ontem, os trabalhos internos da



Sérgio Machado (em pé) e Aleluia (à direita) devem definir com líderes cronograma da CMO

Comissão, no exame do novo Orçamento, discutindo a nota técnica preparada por sua assessoria sobre os parâmetros utilizados pelo atual governo nas projeções de receitas e de despesas para 2003.

O próximo passo, segundo Aleluia, é reunir-se com o relator-geral do Orçamento, senador Sérgio Machado (PMDB-CE), e com os líderes partidários, para acertar com eles um cronograma de trabalho da Comissão, de modo a garantir a aprovação da matéria até o fim deste ano.

## DÍVIDA PÚBLICA

O Orçamento de 2003, que se encontra tramitando na CMO, prevê uma despesa total da União de R\$ 1,009 trilhão, incluindo-se aí o refinanciamento da dívida pública mobiliária federal, estimado em R\$ 512,3 bilhões. As despesas com pessoal e encargos sociais do governo federal estão orçadas em R\$ 74,4 bilhões, 6,5% a mais do que o gasto previsto para 2002 (R\$ 71,7 bilhões).

O déficit da Previdência Social está estimado em R\$ 19,6 bilhões para 2003, resultado de uma ar-

recadação de R\$ 78,3 bilhões contra R\$ 97,9 bilhões de pagamento de benefícios.

Segundo a proposta orçamentária, serão desembolsados no próximo ano R\$ 93,6 bilhões para o pagamento de juros e encargos da dívida pública mobiliária e contratual. Desse total, R\$ 70,2 bilhões referem-se ao pagamento de custos da dívida interna e R\$ 23,4 bilhões da dívida externa.

Excluindo-se os recursos das empresas estatais federais, o governo espera investir R\$ 7,3 bilhões

em todos os setores em 2003, contra os R\$ 8,4 bilhões programados para os investimentos deste ano, registrando, assim, uma queda de 13%. Desse total da programação de investimentos, R\$ 6,5 bilhões serão provenientes do Tesouro Nacional e R\$ 870,23 milhões de outras fontes.

As transferências constitucionais para estados e municípios estão previstas em R\$ 49,7 bilhões para 2003. As receitas totais do Tesouro estão estimadas em R\$ 249,6 bilhões.

## Jefferson quer ampliar aplicações do BNDES no Norte e Nordeste

As regiões Norte e Nordeste poderão receber até 40% das aplicações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A cota está prevista em projeto do senador Jefferson Péres (PDT-AM) que tramita atualmente na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

De acordo com o projeto, o sistema BNDES aplicará proporções crescentes de seus recursos nas duas regiões. Começaria com 30% no primeiro ano de implantação da proposta, subiria a 35% no ano seguinte e finalmente alcançaria 40% a partir do terceiro ano.

“A iniciativa do projeto é uma resposta ao estado atual de ina-

nição em que se encontra a política nacional de desenvolvimento regional”, afirma o senador na justificativa de sua proposta, que está sendo analisada pelo relator da matéria, senador Freitas Neto (PSDB-PI). “A iniciativa reflete o temor frente a uma previsível tendência de intensificação das desigualdades inter-regionais no Brasil”, acrescenta.

Na opinião de Jefferson, o desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste exigirá condições especiais para atrair investimentos privados. E a atuação do BNDES poderia estimular a pro-



Jefferson: resposta à intensificação das desigualdades inter-regionais

moção de atividades produtivas, a modernização da infraestrutura regional e a expansão e melhoria dos serviços públicos de saúde, educação e saneamento.

Pelo projeto, o financiamento das atividades produtivas teria encargos financeiros inferiores aos vigentes para operações efetivadas pelo sistema BNDES nas demais regiões do país.

Os projetos de modernização da infra-estrutura contariam com prazos de até 30 anos para amortização e encargos iguais à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) — atualmente em 10% ao ano —, acrescida de até 2%. O financiamento para expansão de serviços públicos seria concedido aos governos estaduais e municipais, com prazo de 30 anos e encargos financeiros não superiores a 3% ao ano, conforme a proposta do senador.

## ELEIÇÕES

# Tuma quer coalizão para apoiar novo governo

Ao agradecer, em discurso ontem no Plenário, à população do estado de São Paulo pelos mais de 7,2 milhões de votos que recebeu no último domingo, o senador Romeu Tuma (PFL-SP), reeleito para o cargo, defendeu a formação de uma coalizão forte para apoiar o próximo presidente da República, independentemente de quem vença o segundo turno.

— José Serra e Luiz Inácio Lula da Silva são dois candidatos honrados e dignos que deverão se respeitar na campanha para o segundo turno, o que possibilitará um debate sereno dos projetos, para que a população possa escolher o melhor para o país — afirmou.

Romeu Tuma lamentou que durante a campanha tenha enfrentado “línguas de aluguel” escaladas para criticá-lo quando ocupava o primeiro lugar nas pesquisas de intenção de votos. Ele manifestou sua gratidão aos eleitores paulistas, que também elegeram seus dois filhos: Róbson Tuma, para um quarto mandato de deputado federal, e Romeu Tuma Júnior, deputado estadual pela primeira vez.

## SISTEMA DE COMUNICAÇÃO

Ele destacou que várias pessoas demonstraram ter conhecimento sobre o trabalho dos se-



Romeu Tuma agradeceu aos eleitores paulistas os mais de 7,2 milhões de votos que recebeu

nadores. O parlamentar atribuiu esse fato à estrutura da Casa — assessorias das comissões, equipe da taquigrafia e TV Senado, acrescentando que o sistema de comunicação projeta o trabalho dos parlamentares e aumenta sua credibilidade junto à opinião pública.

Tuma também agradeceu ao presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC), e ao senador reeleito Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) pelo apoio à sua campanha. Parabenizou o presidente Ramez Tebet (PMDB-MS) pela votação obtida em Mato Grosso do Sul, que também lhe garantiu a reeleição, e cumprimentou o senador Tião Viana (PT-AC) pela vitória do irmão, Jorge Viana (PT), na disputa pelo

governo do Acre.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) cumprimentou Tuma pela vitória no pleito e expressou sua satisfação com o resultado da disputa pelo governo paulista, que levou os candidatos Geraldo Alckmin (PSDB-SP) e José Genoíno (PT-SP) ao segundo turno. O senador Lindberg Cury (PFL-DF) destacou a conduta ética, o conhecimento e o equilíbrio de Tuma no desempenho de suas atividades no Senado.

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) afirmou que o povo de São Paulo fez justiça ao reeleger Romeu Tuma. Eduardo apresentou um dos senadores eleitos pelo Tocantins, João Ribeiro, que integrará a Casa a partir do próximo ano. O senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA) congratulou Romeu Tuma pelo desempenho nas urnas.

Por sua vez, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) disse que o grande número de votos obtidos por Tuma reflete a sua atuação no Senado. E comunicou que na sessão de hoje fará uma avaliação das eleições em Goiás. Último a apartear, o senador Leomar Quintanilha (PFL-TO) parabenizou os eleitores de São Paulo por terem escolhido Tuma para representá-los mais uma vez no Congresso Nacional.

Fotos: Roosevelt Pinheiro

## Ney Suassuna cobra reforma política para eliminar distorção

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) afirmou ontem que 2003 será um ano muito difícil, em que governo e Congresso terão que se unir para vencer desafios como o fortalecimento do Mercosul, as negociações sobre a Área de Livre Comércio das Américas



Ney Suassuna criticou o fato de um deputado paulista ser eleito com apenas 275 votos

Para Suassuna, o Brasil está de parabéns com a realização das eleições de 2002. Elas foram democráticas, organizadas e livres, demonstrando o amadurecimento político do povo brasileiro, disse. Esse êxito mostrou ser a reforma política ainda mais urgente nos dias de hoje do

que no passado, na sua opinião. Ele homenageou o presidente Fernando Henrique Cardoso, “por seu comportamento de magistrado”, parabenizou os candidatos que tiveram êxito nas urnas e lamentou a saída de senadores que não conseguiram se reeleger. “É preciso ouvir o recado das urnas: 72% dos eleitores votaram na oposição. Isto não quer dizer que as conquistas do governo não foram valorizadas, mas que foram consideradas insuficientes para eleger os candidatos do governo”, afirmou.

Ele lembrou que, em seu primeiro discurso no Senado, defendeu a prioridade na votação de leis para limitar a divulgação das pesquisas eleitorais, instituir o financiamento público exclusivo das campanhas e modificar os critérios relativos ao coeficiente eleitoral, que provoca distorção. “Como aceitar que um deputado por São Paulo seja eleito com 275 votos?”, perguntou.

Para Suassuna, o Brasil está de parabéns com a realização das eleições de 2002. Elas foram democráticas, organizadas e livres, demonstrando o amadurecimento político do povo brasileiro, disse. Esse êxito mostrou ser a reforma política ainda mais urgente nos dias de hoje do que no passado, na sua opinião. Ele homenageou o presidente Fernando Henrique Cardoso, “por seu comportamento de magistrado”, parabenizou os candidatos que tiveram êxito nas urnas e lamentou a saída de senadores que não conseguiram se reeleger. “É preciso ouvir o recado das urnas: 72% dos eleitores votaram na oposição. Isto não quer dizer que as conquistas do governo não foram valorizadas, mas que foram consideradas insuficientes para eleger os candidatos do governo”, afirmou.

## Osmar Dias defende mudança tributária justa

Reeleito com 2.776.250 votos, o senador Osmar Dias (PDT-PR) agradeceu ontem a vitória obtida no Paraná e, lembrando as reformas estruturais prometidas por Luiz Inácio Lula da Silva e José Serra na campanha do primeiro turno da eleição presidencial, alertou para o fato de que o Legislativo tem agora um grande desafio pela frente.

Ele disse que também assumiu o compromisso de lutar por uma reforma tributária, mas não a preconizada pelo secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, elaborada, segundo o senador, apenas para arrecadar mais e, assim, aumentar os impostos que já oneram o setor produtivo nacional.

De acordo com o senador, a carga tributária no Brasil, que em 1995 atingia 27% do Produto Interno Bruto (PIB), hoje chega a 34% do PIB. Na opinião do senador, esse peso poderia até ser aceito pela po-



Para Osmar Dias, objetivo da reforma proposta pelo governo é aumentar ainda mais os impostos

pulação, se esta visse o retorno dos recursos na forma de obras e ações capazes de reduzir as desigualdades sociais.

Osmar Dias observou que a reforma tributária desejada pelo governo exige reflexão de todos aqueles que querem exercer o mandato em sintonia com a população, “porque as eleições revelaram que mais de 70% do eleitorado brasilei-

ro votou contra o candidato do governo”.

— A reforma tributária se faz necessária porque, se temos que aumentar a produção, e com a produção a exportação, e com a exportação os empregos, é impossível fazer isso sem pensarmos numa reforma tributária urgente, mas não a reforma tributária da Medida Provisória nº 66 — salientou.

Osmar também cobrou a conclusão da reforma do Judiciário e uma decisão do Legislativo sobre o ingresso do Brasil na Área de Livre Comércio das Américas (Alca), manifestando ainda seu entendimento de que o Mercosul é o principal caminho a ser seguido pelo país. De acordo com o senador reeleito pelo Paraná, o que a população brasileira mais deseja agora é a discussão dos problemas que afetam e não agressões pessoais, que não ajudam em nada a reduzir o desemprego.

## Eduardo destaca o êxito governista no Tocantins

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) disse ontem que o trabalho realizado pelos dirigentes da coligação partidária que governa o Tocantins, aliado à coerência do eleitor, foram os responsáveis pela eleição do novo governador, Marcelo Miranda, dos dois senadores — João Ribeiro e Leomar Quintanilha (este, reeleito), ambos do PFL — e dos oito deputados federais.

Eduardo parabenizou os senadores que tiveram seus mandatos renovados, “especialmente o presidente Ramez Tebet e o senador Edison Lobão” (PFL-MA), ressaltando a disposição de Lobão (que presidia a sessão) em orientá-lo quando chegou à Casa como um dos senadores mais jovens.



Eduardo Siqueira Campos: coligação elegeu governador e os dois senadores

Segundo Eduardo, Lobão foi citado pelos jornalistas que fazem a cobertura do Congresso como um dos parlamentares que deverão influenciar a vida nacional no próximo período legislativo, conforme recente pesquisa realizada pelo jornal *Estado de S. Paulo*.

Em resposta, Edison Lobão lembrou que, apesar de jovem, quando o senador pelo Tocantins chegou ao Senado já tinha a experiência de quem havia liderado uma bancada de deputados.

Em aparte, Leomar Quintanilha disse que a vitória da coligação deve-se ao fato de o eleitor ter votado em quem tem identidade com os seus sonhos e compromissos com o seu bem-estar.

## ELEIÇÕES

# Suplicy destaca papel de Lula e Serra em favor da ética e da democracia

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse ser “muito positivo” que dois candidatos com a história de vida de Luiz Inácio Lula da Silva e de José Serra tenham chegado ao segundo turno da eleição presidencial. O parlamentar destacou o fato de ambos serem pessoas fundamentais na luta pela democracia e na defesa da ética na política.

— Enfim, pessoas importantes para a história de um país que quer a construção de uma nação civilizada e justa — afirmou Suplicy, lembrando ter votado em Serra em 1963 para a presidência da União Nacional dos Estudantes (UNE).

Para o senador pelo PT, os 46,4% do total de votos obtidos por Lula sinalizam a vontade da

sociedade brasileira de se “realizar justiça com grande prioridade”. Destacou que os principais objetivos explicitados na campanha por Lula foram “erradicar a fome e a pobreza, assegurar as crianças na escola e três refeições diárias para cada brasileiro”.

O representante de São Paulo também considerou “alvissareiro” o fato de todos os demais candidatos a presidente — Anthony Garotinho, Ciro Gomes, José Maria de Almeida e Rui Costa Pimenta — terem manifestado seu apoio a Lula no segundo turno.

Suplicy parabenizou o desempenho dos candidatos de seu partido, que disputam o segundo turno para o governo de oito estados. Dois candidatos a governador foram eleitos já no primeiro



Eduardo Suplicy: fato de Lula ter obtido 46,4% do total de votos sinaliza desejo de justiça

turno: Jorge Viana, no Acre, e Wellington Dias, no Piauí.

O parlamentar destacou também o aumento da bancada no

Congresso Nacional: no Senado, o PT passa de oito para 14 senadores, e na Câmara o número de deputados federais sobe de 58, na atual legislatura, para os 93 agora eleitos. Ele elogiou até a *performance* de candidatos derrotados, citando os 38,5% dos votos conquistados por Jacques Wagner para o governo da Bahia; Nilmário Miranda, que teve 30,7% dos votos para governador de Minas; e Humberto Costa, que conseguiu 34,1% da preferência para governar Pernambuco.

Suplicy também parabenizou o presidente do Senado, Ramez Tebet, por seu desempenho nas eleições.

Em aparte, o senador Roberto Saturnino (PT-RJ) cumprimentou Suplicy por seu discurso.

## Tião Viana aponta importância da vitória do PT no Acre

O senador Tião Viana (PT-AC) registrou ontem a vitória do seu partido no Acre, onde seu irmão, Jorge Viana, conseguiu reeleger-se e é o governador proporcionalmente mais votado do país.

— É motivo de elevado orgulho para nós, da Amazônia, uma região geralmente esquecida — afirmou o senador, destacando também a reeleição da senadora Marina da Silva (PT-AC) e a eleição do novo senador Geraldinho Mesquita (PSB-AC).

Tião Viana disse que o PT lutou muito por essa vitória, lembrando que Jorge Viana “sacrificou sua vida pessoal para enfrentar as di-

ficuldades sociais do estado e a política herdada do fisiologismo e do clientelismo”.

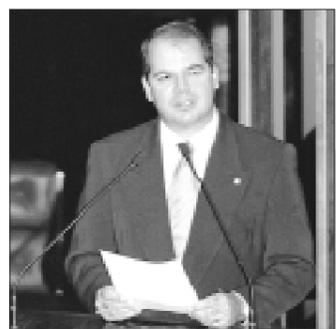
Segundo o senador, houve um avanço proporcionado pelo debate aberto com a sociedade, que inaugurou um novo perfil político para a região amazônica.

— O maior desafio do governo do PT foi recuperar a auto-estima de uma população desanimada. Enfrentamos uma campanha dura, em que grupos de oposição atuaram com agressões nunca vistas e ofensas pessoais que foram sendo desmontadas dia a dia — relatou o senador.

Tião Viana afirmou que o Acre

serve como modelo de gestão pública para o Brasil e de integração com as grandes forças políticas nacionais. Ele ressaltou que o fato de o Acre ter saído das condições políticas em que se encontrava e avançado para um governo de maior votação em todo o país é motivo de orgulho.

O senador também cumprimentou Aloizio Mercadante por sua eleição para o Senado pelo PT de São Paulo e o senador Romeu Tuma (PFL-SP), por sua reeleição. Destacou o crescimento das bancadas do PT no Senado (14 senadores) e na Câmara, o que, afirmou, poderá assegurar a



Tião Viana: “Enfrentamos campanha dura, com agressões nunca vistas e ofensas pessoais”

governabilidade no caso da vitória de Lula para a Presidência da República.

## Maguito e Saturnino fazem elogios a Jorge Viana e Marina

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) cumprimentou Tião Viana pela reeleição de Jorge Viana, seu irmão, no governo do Acre. Ele destacou a atuação do governador no combate ao crime organizado, frisando que Jorge Viana “é homem honesto, trabalhador e sério”.

Maguito disse ainda que o senador Tião Viana é uma das maiores revelações políticas, de-



Maguito destacou ação do governador Jorge Viana

vido às idéias que tem defendido no Senado. Ele cumprimentou ainda a senadora Marina Silva, “mulher guerreira, determinada, coerente e preocupada com o futuro do país”.

— Torço para que o PT chegue à Presidência da República e dê um choque ético no país, ajudando o Congresso Nacional a promover as reformas ne-

cessárias, principalmente a reforma política — afirmou Maguito.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que Jorge Viana conseguiu uma aceitação notável do povo acreano devido à seriedade com que conduziu o seu trabalho. Suplicy também lembrou que a senadora Marina Silva recebeu, em São Paulo, o apoio de dezenas de entidades preocupadas com o meio ambiente.

— Ainda que sendo de outro estado, aquelas entidades reconheciam a importância do trabalho de Marina, que transcende o Acre —

assinalou.

Suplicy disse ainda que Tião Viana tem dignificado o PT no Senado, com sua preocupação na área da saúde e seu conhecimento a serviço do interesse público.

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) também manifestou sua satisfação pelos resultados da eleição no Acre. Ele destacou o desempenho administrativo, político, eleitoral e ético do PT no estado e parabenizou o eleitor, “que sabe distinguir esse tipo de comportamento daquele cheio de esportes e inverdades”.



Proposta de Geraldo Cândido detalha condições para dispensa de dirigente sindical

## Projeto muda legislação para sindicalistas

Está pronto para ser analisado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto de autoria do senador Geraldo Cândido (PT-RJ) que estabelece uma nova definição do que venham a ser as faltas graves cometidas por dirigentes sindicais, caracterizando as situações em que esses empregados podem ser demitidos. O projeto altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), detalhando os casos em que a imunidade sindical pode ser suspensa.

Essa tipificação das faltas graves e sua apuração são regidas, atualmente, pela “aplicação analógica” e pela combinação de alguns artigos da CLT, conforme explica o relator, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), em seu parecer favorável à aprovação da matéria. Um dos exemplos citados é o artigo nº 482 da CLT, que traz uma definição geral dos casos que constituem justa causa para rescisão do contrato de trabalho pelo empregador, que vão desde o abandono de emprego, atos de improbidade e insubordinação, até embriaguez habitual e prática constante de jogos de azar.

O projeto de Geraldo Cândido detalha e torna mais precisas as condições para a dispensa dos dirigentes sindicais. O senador deixa claro, por exemplo, o que não pode ser computado no prazo de 30 dias corridos de ausência do empregado que caracterizam o abandono de emprego. A proposta é que as ausências ou impontualidades, “quando decorrentes do desempenho de atividades sindicais”, não serão consideradas faltas ao trabalho.

# Tebet defende urgência para votação da reforma política

Presidente do Senado lembra que candidato a deputado federal foi eleito em São Paulo com apenas 275 votos por causa do sistema proporcional

Em entrevista coletiva ontem, o presidente do Senado, Ramez Tebet, defendeu a realização urgente, já a partir do próximo ano, de uma reforma política no país. Ele citou como exemplo da necessidade de reforma a eleição de um candidato do Prona para a Câmara dos Deputados com 275 votos, graças ao voto proporcional. O candidato foi puxado pelos mais de 1,5 milhão de votos que Enéas Carneiro, do Prona, recebeu em São Paulo.

— O processo de eleição para a Câmara deve ser modificado — afirmou Tebet, que se disse favorável ao voto distrital misto para solucionar o problema.

Tebet também defendeu o fim da verticalização das coligações, instituída pelo Tribunal Superior Eleitoral, que determinou que as alianças partidárias nos estados seguissem as alianças estabelecidas para a disputa da Presidência da República. Ele observou que o eleitor não seguiu a verticalização, tendo votado de maneira livre, independente de coligações. Para Tebet, é assim que deve ser.

Tebet manifestou-se ainda a favor da mudança da data da posse dos novos parlamentares, prevista para 1º de janeiro de 2003, lembrando que o dia de ano-novo é um dia mundial de comemoração. O senador disse que se a Câmara dos Deputados aprovar a proposta de emenda constitucional que tramita naquela Casa, alterando a data para o dia



O presidente do STJ, Nilson Naves, pediu a Ramez Tebet que garanta agilidade na votação da reforma do Judiciário

6 de janeiro, fará um apelo ao Senado para que vote imediatamente a matéria.

O presidente do Senado considerou um sucesso o uso da urna eletrônica. Para ele, a demora nas votações ocorreu porque cada eleitor teve que votar seis vezes. Ele lembrou que a abstenção e o número de votos brancos e nulos mantiveram-se na mesma proporção.

— Estamos avançando e dando um exemplo de processo eleitoral para o mundo — disse o presidente do Senado, citando a rapidez na apuração como exemplo desse avanço.

Tebet estava radiante pela reeleição em Mato Grosso do Sul, em que recebeu o maior número de votos para o Senado no estado,

atingindo 38,2% dos votos válidos, com um total de 734.012 votos. A partir de 2003, Tebet cumprirá novo mandato de oito anos.

## CUMPRIMENTOS

Tebet recebeu ontem a visita do senador reeleito Osmar Dias (PDT-PR) e do presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Nilson Naves. Ambos parabenizaram Tebet por sua reeleição.

O presidente do STJ informou ter pedido, na visita a Tebet, que o presidente do Senado faça o possível para que o Congresso não realize cortes nos recursos destinados ao Judiciário no Orçamento da União para 2003. Nilson Naves também pediu que Tebet garanta maior agilidade na tramitação da reforma do Judiciário no Senado.

## Pauta será retomada depois das eleições

A partir de amanhã e até o segundo turno das eleições, no dia 27 deste mês, o Senado não votará matérias, a não ser em caráter emergencial. O secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro, disse ao *Jornal do Senado* que o presidente da Casa, Ramez Tebet, tomou essa decisão depois de ouvir os integrantes da Mesa diretora e os líderes de bancadas. As sessões ficam mantidas, mas em caráter não deliberativo, isto é, os trabalhos serão destinados exclusivamente ao pronunciamento de discursos.

À tarde, Tebet afirmou em en-

trevista coletiva que durante esse período os parlamentares estarão envolvidos com as campanhas, uma vez que, além da eleição para presidente da República, 15 estados realizarão segundo turno para escolha dos governadores.

Tebet disse ainda considerar natural que os políticos estejam preocupados com o segundo turno, acrescentando que depois do dia 27 virá um período em que será necessária a realização de esforço concentrado para a votação de matérias como a Lei Orça-

mentária, que tem que ser apreciada até o fim do ano.

O senador garantiu também que, caso surjam matérias urgentes antes do segundo turno, o Congresso não adiará a sua votação. A afirmação de Tebet foi em resposta a pedido de esclarecimento do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que pediu uma definição para que os parlamentares possam organizar as agendas das próximas semanas. “O segundo turno exigirá o envolvimento dos senadores nas eleições”, justificou Suplicy.



A instalação do Comitê da Bacia Hidrográfica consta da pauta da comissão, que se reúne hoje

## Comissão Especial do São Francisco examina relatório

A Comissão Especial que analisa o projeto de revitalização do Rio São Francisco realiza reunião hoje, às 11h30, para discutir e votar o terceiro relatório parcial, que conclui pela apresentação de projeto de lei alterando a política nacional de

gerenciamento de recursos hídricos.

A reunião terá lugar na Sala 6 da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II do Senado Federal. Também será examinada a instalação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

**A VOZ do CIDADÃO**  
VOCÊ LIGADO NO SENADO FEDERAL

0800 612211

www.senado.gov.br  
e-mail: cidadao@senado.gov.br

SUPRES - INCOM

# Projeto proíbe a venda de talidomida em farmácias

Comissão de Assuntos Sociais votará ainda este ano proposta que restringe a distribuição da droga a programas do governo federal

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deve votar, até o fim do ano, substitutivo da Câmara dos Deputados ao projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que proíbe a venda da talidomida nas farmácias de todo o país.

De acordo com a proposta, a distribuição do medicamento será feita, exclusivamente, pelos programas expressamente qualificados pelo governo federal. A droga também deverá ser submetida a normas especiais de controle e fiscalização.

O uso da talidomida, substância química derivada da papoula, foi condenado por especialistas em virtude do seu efeito negativo no organismo humano, principalmente em mulheres grávidas ou que podem engravidar. O projeto



Alcântara, autor do projeto, quer normas mais rigorosas para uso do medicamento

original do senador Lúcio Alcântara também prevê a realização de programas destinados a orientar os usuários da talidomida sobre os efeitos colaterais da droga, incluindo o emprego do medicamento no tratamento da hanseníase.

O projeto também restringe a distribuição do medicamento no âmbito dos programas oficiais de dermatologia sanitária e veda o seu fornecimento em cartelas ou amostras desacompanhadas de embalagem, rótulo ou bula. Para o relator da matéria na CAS, senador Sebastião Rocha (PDT-AP), é importante limitar e controlar a produção da talidomida, com o objetivo de monitorar a distribuição aos pacientes que dela necessitam.

Sebastião Rocha, que é médico, alertou que o medicamento continua a trazer sérias conseqüências para os usuários, conforme informa a Associação Brasileira de Vítimas da Talidomida (ABVT). Rocha vê com bons olhos a aprovação do projeto de Alcântara, que cria normas rigorosas de controle do medicamento.

## Medicamento provoca deformações em fetos

**A** talidomida foi desenvolvida nos anos 50 na antiga Alemanha Ocidental. Criou-se a droga para controlar ansiedade e náuseas em mulheres grávidas. Em 1961 constatou-se que o fármaco provocava deformações nos membros de bebês cujas mães haviam usado o remédio. Tirado de circulação em vários países, a droga foi motivo de milhares de processos de indenização. No Brasil, onde a proibição veio em 1962, o Congresso Nacional aprovou em 1982 a Lei nº 7.070, que obri-

gou o governo a indenizar as vítimas da síndrome da talidomida. A lei concedeu pensão alimentícia vitalícia que varia de meio a quatro salários mínimos, de acordo com o grau de deformação.

A droga foi posteriormente reabilitada após serem descobertos os efeitos benéficos no tratamento da hanseníase e Aids. Hoje a talidomida é produzida por um único laboratório licenciado pelo Ministério da Saúde. Desde 1994 é proibida a venda do fármaco para mulheres em idade fértil.

## Maria do Carmo quer mais benefícios para os idosos

A passagem do Dia do Idoso, comemorado em 27 de setembro, levou a senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) a reivindicar maior atuação das autoridades federais e estaduais em favor dos cidadãos com mais de 65 anos. Após a conquista da longevidade pela população brasileira, Maria do Carmo diz que a preocupação agora deve ser em relação à qualidade dos anos a mais que serão vividos, promovendo-se a integração social e o respeito ao idoso.

Conforme a senadora, o Brasil será o sexto país do mundo em número de pessoas na terceira idade no ano 2025. Apesar do crescimento desse contingente

populacional, Maria do Carmo lamenta que, dos 18 milhões de aposentados e pensionistas brasileiros, 12 milhões recebem apenas um salário mínimo por mês, "valor claramente insuficiente para quem, além de seus gastos rotineiros, deve preocupar-se com a compra de remédios e, muitas vezes, com o sustento de outros membros da família".

### CONSELHO

Apesar das medidas que ainda devem ser tomadas, a senadora afirma que 2002 será lembrado pela criação do Conselho Nacional do Idoso, que ela considera um marco na defesa dos direitos dos cidadãos na tercei-



Maria do Carmo: integração do idoso deve ser garantida

ra idade. Sua expectativa é de que o conselho contribua de forma especial para implementação de políticas e práticas que melhorem a condição dessa faixa da população.

Outras iniciativas que podem contribuir para a melhoria da qualidade de vida do idoso, comentou, são a criação de espaços de desenvolvimento social, como as universidades da terceira idade, e a aprovação de leis que facilitem a inserção dos maiores de 65 anos na sociedade.

## Doações de mercadoria e serviço podem ter estímulo

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve examinar proposta de emenda à Constituição (PEC) que veda a instituição de impostos sobre doações de mercadorias e serviços a entidades sem fins lucrativos de assistência social. De autoria do senador Ricardo Santos (PSDB-ES), a proposta recebeu parecer favorável do relator, senador Amir Lando (PMDB-RO).

— Assim como ocorre em vários outros países, o setor público deve não apenas incentivar e apoiar essas iniciativas, mas também viabilizar mecanismos que facilitem a atuação dessas instituições, visando à ampliação e dinamização dos serviços sociais — argumenta Ricardo Santos.

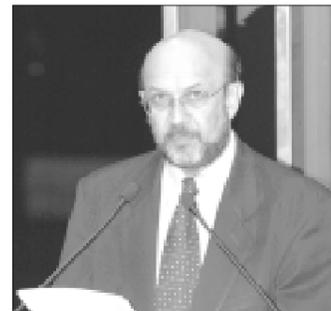
De acordo com o senador, a legislação tributária brasileira não distingue saídas de bens e serviços realizadas com finalidade comercial daquelas promovidas como ato de caridade, por meio de doações a instituições sociais beneficentes. Assim, acrescenta, as empresas, ao fazerem uma doação, têm suas contribuições duplamente oneradas: pelos custos dos produtos doados e pelos impostos indiretos da União, estados e municípios que incidem sobre os produtos e serviços transferidos a essas instituições.

## Valmir Amaral ressalta a importância das secretárias

O senador Valmir Amaral (PMDB-DF) homenageou a passagem do Dia da Secretária, comemorado em 30 de setembro. Para Amaral, a secretária tem atualmente redobrados deveres para com a sociedade.

— Antes era uma função considerada apenas burocrática. Na atualidade, é uma função que demanda uma profissional objetiva, bem informada e capacitada na tomada de decisões, uma assessora com autonomia e novas responsabilidades. Compreensão, sensibilidade e entendimento são os atributos que fazem o diferencial da secretária moderna.

Valmir Amaral lembrou que as origens da celebração da data remontam ao século 19. Lilian Sholes, a primeira mulher a datilografar em público, nasceu em 1850 e aniversariava em 30 de setembro. Ela era filha de Christopher Sholes, um dos inventores



Ricardo Santos propõe isenção de impostos a iniciativas que beneficiem entidades assistenciais

A proposta, conforme o senador, procura corrigir a distorção, que "dificulta e até inibe a prática de doações voluntárias das empresas privadas", concedendo imunidade dos impostos indiretos aos bens e serviços que, "por liberalidade e boa fé", são oferecidos às instituições de assistência social beneficentes.

A PEC acrescenta inciso ao artigo 150 da Constituição, especificando que fica vedado à União, estados, municípios e Distrito Federal "instituir impostos sobre doações de mercadorias e serviços às entidades sem fins lucrativos de assistência social registradas nos órgãos federais competentes, quando destinadas a projetos e atividades que contribuam para erradicar a pobreza e a marginalização social".



Valmir Amaral: função de secretária exige uma profissional bem informada e capacitada

da máquina de escrever.

Por ocasião do centenário de nascimento de Lilian, em 1950, empresas fabricantes de máquinas de escrever promoveram concursos para a escolha das melhores datilógrafas. Os concursos tornaram-se anuais e o surgimento de associações de classe fez com que a data se popularizasse como forma de reconhecimento da profissão, informou Amaral.



José Cruz

Medida beneficia famílias em dificuldade de arcar com mensalidade escolar, diz Lobão

## Lobão defende projeto que cria bolsa de estudo

Os senadores vão examinar projeto do senador Edison Lobão (PFL-MA) que institui o Programa Nacional de Bolsas de Estudos para alunos do ensino básico – correspondente aos níveis fundamental e médio – cuja renda familiar anual não ultrapasse o limite de isenção do Imposto de Renda (hoje no valor de R\$ 10.800 por ano). A matéria já foi aprovada pelas Comissões de Educação (CE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde recebeu parecer favorável da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE).

Segundo lembra Edison Lobão, a proposição tem respaldo legal tanto na Constituição federal quanto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Na Constituição, ressalta ele, o texto define que é dever do Estado garantir a todo cidadão o ensino fundamental gratuito e obrigatório e a progressiva extensão para o ensino médio, prevendo também que será criado esse instrumento auxiliar (a bolsa de estudo) para o cumprimento da determinação.

Quanto ao mérito da medida, o autor enfatiza o impacto social positivo de sua sugestão se for considerado o grande número de desempregados que têm transferido seus filhos das escolas particulares para as escolas públicas, pois não podem custear as mensalidades das primeiras. Por outro lado, argumenta o senador, o número de novas vagas que podem ser ofertadas com os recursos do programa de bolsa de estudos é muito maior do que se o poder público fosse investir para a criação de novas vagas nas escolas oficiais.

# Deficientes visuais recebem livros em braile publicados pelo Senado

Seis títulos de leis editados pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações foram entregues à Sociedade de Assistência aos Cegos do Ceará, na Bienal Internacional do Livro, em Fortaleza

Durante a entrega das publicações em braile do Senado Federal à Sociedade de Assistência aos Cegos do Ceará, que ocorreu segunda-feira na 5ª Bienal Internacional do Livro do Ceará, a revisora de textos da entidade, Carliseth Silva, elogiou a qualidade das publicações para deficientes visuais editadas pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep). Deficiente visual, ela também comemorou o fato de receber do Senado livros contendo leis importantes. Somente assim, disse ela, os deficientes visuais podem ter acesso direto às leis.

– É muito difícil encontrarmos alguém que queira ler uma lei para nós. Assim, com a publicação em braile, podemos ter acesso à legislação diretamente – afirmou Carliseth, que domina a leitura em braile desde 1986.

Assim como Carliseth, outros seis deficientes visuais que trabalham na instituição estiveram pre-

sentes, em companhia da presidente da entidade, Maria José de Almeida, que recebeu das mãos da representante da Seep, Ivana Dias Pereira, seis títulos de leis publicados na linguagem especial para os cegos.

– As diferenças não são tão grandes e o nosso papel é minimizar essas diferenças. Com o auxílio de iniciativas como essas, é possível observar o grande potencial dos deficientes visuais – afirmou José de Almeida ao receber os livros, acompanhada de funcionários e alunos da instituição.

A presidente da entidade elogiou o Senado, que foi a única instituição a oferecer publicações em braile na Bienal do Livro do Ceará. Ela sugeriu que o Senado amplie suas ações para deficientes visuais, oferecendo, a exemplo do que acontece no estande da Casa no evento, um espaço para leitura em braile na biblioteca da instituição.

A Sociedade de Assistência aos

Cegos do Ceará foi criada há 60 anos e trabalha com uma filosofia de inclusão dos deficientes visuais, oferecendo treinamento para leitura em braile e publicações, atendendo desde crianças da pré-escola até adultos e suas famílias.

Na bienal do Ceará, que vai até o próximo dia 13, o Senado expõe cerca de cem títulos de seu catálogo de publicações, que compreende legislação atualizada, editada pela Subsecretaria de Edições Técnicas, e clássicos do pensamento brasileiro, selecionados pelo Conselho Editorial da Casa. Amanhã, às 18h, está previsto o lançamento da terceira edição da coleção *Textos Políticos*, que re-

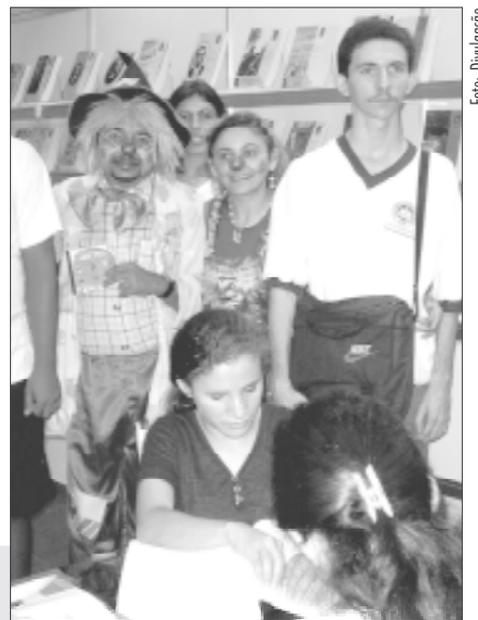


Foto: Divulgação

Alunos de escola para deficientes visuais consultam livros com importantes leis brasileiras

úne documentos que marcaram a história administrativa do país, desde antes do descobrimento até 1964.

## Atividades acadêmicas da Unilegis começam hoje

O início das atividades acadêmicas da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis) será marcado por três atos solenes, a se realizarem hoje, a partir das 9h, no auditório do edifício Interlegis. Na ocasião, serão assinados o termo de cessão do terreno para construção da sede da instituição e o convênio entre a Unilegis e a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), parceira na montagem do curso de especialização em Direito Legislativo, cuja aula inaugural será ministrada durante o evento.

A solenidade será aberta com a formalização da cessão da área que irá abrigar as futuras instalações da Unilegis. Deverão participar desse ato o presidente do Senado e reitor da Unilegis, Ramez Tebet; o primeiro-secretário do Senado, Carlos Wilson; e o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guilherme Dias.

Em seguida, Tebet e os vice-rei-



Roosevelt Pinheiro

Tebet participa da solenidade de cessão da área para futuras instalações da Unilegis

tores administrativo, Agaciel da Silva Maia, e acadêmico, Antônio José Barbosa, assinarão convênio com o reitor da UFMS, Manoel Catarino Paes, oficializando a parceria entre as duas instituições de ensino. A Unilegis e a UFMS irão promover, em conjunto, o primeiro curso de especialização em Direito Legislativo, que reunirá servidores do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, do Tribunal de Contas da União e de outros órgãos governamentais.



O *Jornal do Senado* publica perguntas e sugestões dirigidas aos senadores abordando questões de interesse público. A desta edição foi veiculada pela TV Senado. Você pode participar e ter sua pergunta respondida aqui, ligando gratuitamente para o serviço A Voz do Cidadão – 0800-61-2211 – e autorizando a publicação.

Jesus Trindade, de São Paulo (SP), pergunta:

O Senado deveria criar uma lei proibindo todos os senadores acusados de corrupção de se candidatarem a cargos públicos.

O senador Álvaro Dias (PDT-PR) responde: existe a lei das inelegibilidades impedindo que sejam candidatos aqueles que foram condenados por corrupção. A legislação prevê penalidades e nós não chegamos ao julgamento em função do cenário de impunidade que existe no país. No Brasil, o fim da impunidade não depende da elaboração de novas leis, mas da mudança de postura das autoridades.



Roosevelt Pinheiro

Para Álvaro Dias, cenário de impunidade impede aplicação das penalidades

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Ramez Tebet, Edison Lobão, Osmar Dias, Luiz Otávio e Romeu Tuma